

Notícias: março a janeiro de 2010

Serviço Florestal vai lançar edital de concessão para Flona do Amana, no Pará

Documento está em elaboração e será discutido com a população em audiências públicas. Concessões foram tema em reunião desta terça da CGFLOP

A Floresta Nacional do Amana, no Pará, deve ser a primeira a ser submetida ao processo de concessão florestal pelo Serviço Florestal Brasileiro este ano. O pré-edital deve ser divulgado no mês de abril.

"O Serviço Florestal está alcançando suas metas e consolidando o processo de concessão, ao mesmo tempo em que tem auxiliado os estados na utilização do mesmo instrumento", afirma o diretor-geral Antônio Carlos Hummel.

Embora o documento esteja sendo elaborado, equipes do Serviço Florestal já iniciaram um trabalho de sensibilização nos municípios de Itaituba e Jacarecanga, que estão na área de abrangência da Flona. Este mês, houve reuniões com a prefeitura, câmara municipal e associações da sociedade civil das duas cidades para explicar como ocorre o processo de concessão e como é feito o edital. Também foram realizadas palestras sobre manejo florestal.

Assim que o pré-edital estiver pronto, será apresentado em audiências públicas previstas para maio. As sugestões recebidas da população são fundamentais para construir a versão final do documento.

Além da Flona do Amana, a expectativa é lançar, nos próximos meses, editais para as Flonas do Crepori e Trairão - ambas encontram-se na região da BR-163, que liga Cuiabá a Santarém, local prioritário para concessões devido à pressão pelo desmatamento na região. A expectativa é chegar ao final do ano com 1 milhão de hectares em processo de concessão.

CGFLOP

Os editais de concessão florestal em 2010 foram um dos temas na reunião da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP) ocorrida nesta terça-feira, 30, em Brasília. A CGFLOP, que tem caráter consultivo, reúne representantes do governo, além de entidades do setor privado e sociedade civil, como Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais (SBEF) e Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A pauta do encontro incluiu o estudo sobre pólos madeireiros na Amazônia, que já foi finalizado e cujos dados devem ser disponibilizados em maio. O levantamento vai trazer informações sobre produção de madeira na Amazônia, número de

empregos relacionados à atividade, nível de tecnologia embutido nas empresas, destinação de resíduos e destino da madeira processada.

Relatório de gestão

Foi apresentado aos conselheiros o Relatório de Gestão de 2009, que mostra os avanços no cadastramento de florestas públicas - etapa essencial para a realização de uma concessão -, que hoje conta com 239 milhões de florestas públicas cadastradas.

A respeito do manejo florestal comunitário, foi destacada a aprovação do Programa e do Plano Anual de Manejo Comunitário e Familiar, com ações de assistência técnica e extensão florestal em assentamentos na Caatinga e na Amazônia, que em 2010 vão atingir mais de 80 municípios.

Os participantes também puderam ouvir sobre as atividades do Laboratório de Produtos Florestais, que finalizou um software com informações de 160 espécies de madeira, voltado para a identificação da espécie, útil na fiscalização. O Relatório de Gestão 2009 será disponibilizado na internet nos próximos meses.

Publicado: quarta-feira, 31 de março de 2010, 14h24.

Brasil, Indonésia e Congo (RDC) elaboram plano para ações de REDD no eixo Sul-Sul

Os três países com as maiores áreas de floresta tropical do mundo - Brasil, República Democrática do Congo e Indonésia - reuniram-se entre 4 e 6 de março para discutir o potencial de cooperação Sul-Sul a fim de acelerar a implementação de políticas de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD). O evento aconteceu em Bogor, Indonésia.

Ao final da reunião, os participantes aprovaram um plano de trabalho para iniciar a cooperação técnica para implementação de REDD entre os três países. Eles estabeleceram uma agenda de atividades para 2010 relacionadas à construção de capacidades, transferência de tecnologia, troca de informações e relações com outros países.

No encontro foram apresentadas as experiências e prioridades dos três países em relação aos mecanismos de REDD. Os representantes dos países discutiram questões como fontes de financiamento para as ações, referência para níveis de emissão de carbono, monitoramento e contabilidade do carbono florestal, estruturas de governança, entre outras.

Em relação aos níveis de referência de cobertura florestal e de emissões, os três países pretendem desenvolver metodologias para definição de referência que

poderiam ser usadas por outros países. Também está no planejamento a construção de uma plataforma para compartilhamento dos conhecimentos em contabilidade e monitoramento de carbono - que também poderia ser utilizada por outros países. Além disso, Brasil, Indonésia e Congo (RDC) devem propor princípios para a gestão dos recursos financeiros para REDD.

Foi a primeira vez que as três nações se aproximaram formalmente para discutir o assunto. "O encontro foi o início da construção de uma plataforma de cooperação para implementação do REDD nos países em desenvolvimento com cobertura florestal", afirma a diretora do Serviço Florestal Brasileiro, Thaís Linhares Juvenal, que integrou a comitiva brasileira, composta por representantes do Ministério do Meio Ambiente, Serviço Florestal, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Além de representantes dos três países, participaram da oficina representantes da Austrália, Noruega, Reino Unido, França, Banco Mundial, UN-REDD Programme, Centre for Climate Risk and Opportunity Management, South East Asia and the Pacific e Terrestrial Carbon Group.

Histórico

O mecanismo de REDD surgiu nas discussões internacionais do aquecimento global pela primeira vez em 2005, na Conferência das Partes (COP) realizada em Montreal (Canadá) e ganhou força em 2007, quando o Plano de Ação de Bali, elaborado na COP-13, incentivou a realização de projetos demonstrativos de REDD.

O Brasil é, hoje, um dos países onde os debates sobre REDD estão mais avançados. Segundo um levantamento feito pelo Serviço Florestal Brasileiro, há 22 iniciativas em curso, sendo 21 locais e uma de âmbito nacional, o Fundo Amazônia. No total, os projetos lidam com uma área de 33 milhões de hectares.

Publicado: quarta-feira, 31 de março de 2010, 14h21.

Serviço Florestal debate concessão em seminário em Itaituba (PA)

O Serviço Florestal Brasileiro participa nesta quinta-feira, 25, às 14h, da mesa-redonda Concessões Florestais nas Flonas, que ocorre no I Seminário de Desenvolvimento Regional dos Municípios do Oeste Paraense, em Itaituba (PA), cuja tema é Mineração, Florestas e Energia. O município paraense abriga cerca de 80% da Floresta Nacional do Amana, onde será realizada a próxima concessão florestal. Na semana passada, o Serviço Florestal intensificou um trabalho de aproximação com o município a fim de divulgar a concessão junto aos poderes públicos e organizações da sociedade civil. O pré-edital de licitação deve ser lançado em abril e será discutido em audiência pública prevista para maio. A partir

das sugestões recebidas da população, será elaborada a versão final do documento.

Publicado: quinta-feira, 25 de março de 2010, 14h36.

Serviço Florestal e governo do Rio de Janeiro assinam acordo para implementar Inventário Florestal Nacional no estado

O Serviço Florestal Brasileiro e a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro assinaram um acordo de cooperação técnica para implementação do Inventário Florestal Nacional no estado. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, a secretária estadual do Meio Ambiente, Marilene Ramos, e o Gerente Executivo de Informações Florestais do Serviço Florestal, Joberto Freitas, participaram do evento para a assinatura do acordo, dia 19 de março, no Rio de Janeiro.

O Inventário Florestal Nacional do Brasil (IFN-BR) fornecerá informações sobre as florestas naturais e plantadas em todo o território nacional. Os dados apresentam a composição, extensão e distribuição espacial, estoques, diversidade e dinâmica das florestas. Estas informações subsidiam o poder público para aprimorar a tomada de decisões em relação às políticas públicas voltadas para as florestas, visando o uso sustentável dos recursos florestais madeireiros e não madeireiros, com a garantia da manutenção da biodiversidade das espécies florestais.

Segundo Joberto Freitas, a implementação do Inventário Florestal Nacional no Rio de Janeiro será muito importante, porque trata-se do bioma Mata Atlântica e sua conservação é estratégica para o estado. Estima-se que 28% do Rio de Janeiro sejam cobertos por Mata Atlântica. "No Rio de Janeiro, há muitos projetos que necessitam de licenciamento ambiental e a Secretaria do Ambiente espera que o inventário também será importante para subsidiar os estudos para os licenciamentos", completa Freitas.

Após a assinatura do acordo, o Serviço Florestal e a Secretaria Estadual do Ambiente irão elaborar um plano para implementação do inventário e realizar treinamentos para as equipes que executarão o trabalho.

O IFN-BR também servirá como fonte de informação para gestores dos setores público e privado e para todos os cidadãos que se interessem pela temática.

Publicado: sexta-feira, 19 de março de 2010, 14h44.

PDS Esperança, em Anapu (PA), recebe apoio do Serviço Florestal para manejo

30 lideranças comunitárias participarão de oficina que os ajudará a se mobilizar para o uso sustentável da floresta

Os agricultores familiares do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Esperança, em Anapu (PA), vão receber apoio do Serviço Florestal Brasileiro para ter na floresta mais uma fonte de renda. Dos dias 24 a 26 de março, os comunitários participam de uma oficina de diagnóstico organizacional participativo que os ajudará a se planejar para a atividade.

"O objetivo do diagnóstico é fazer com que a comunidade identifique as suas dificuldades, oportunidades, e construam um plano de mudança voltando para a implantação do manejo florestal comunitário", afirma o técnico da Gerência de Florestas Comunitárias Hélio Pontes, que será o moderador da oficina.

Cerca de 300 famílias vivem em uma área de 15 mil hectares no PDS Esperança, que tem potencial para a exploração sustentável de madeira e de produtos não madeireiros, como cipós, cascas, resinas e óleos. Hoje, porém, eles cultivam alimentos para subsistência - principalmente cacau, arroz, milho, feijão - e vendem o excedente.

Segundo o presidente da Associação Esperança do PDS de Anapu, Fábio Lourenço de Souza, a idéia é ter o manejo como atividade complementar à agricultura. O dinheiro obtido com a venda dos produtos florestais deve ajudar a comunidade a se dedicar, por exemplo, à cultura do cacau, que tem um bom preço de venda na região.

"Esse recurso é que iria viabilizar alimentação, despesas para estar plantando cacau e fazer a roça, comprar moto, melhorar qualidade", diz ele.

A comunidade já dispõe de uma serraria portátil e de equipamentos para fazer móveis rústicos, fruto da mobilização gerada com o ProManejo, ação do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7). "Essa iniciativa resgata ações que não podem ser paralisadas. É fundamental viabilizar o uso sustentável dos recursos florestais do PDS Esperança", diz o diretor-geral do Serviço Florestal, Antônio Carlos Hummel.

A oficina será o primeiro passo de uma série de ações que o Serviço Florestal realizará até que a comunidade esteja apta para se organizar em torno de manejo e seja capaz de gerir o plano de manejo. "O Serviço Florestal vai assumir as atividades de capacitação, treinamento, elaboração de projetos e apoio na contratação de assistência técnica", diz Pontes.

O PDS Esperança está entre os assentamentos prioritários do Plano Anual de Manejo Florestal e Comunitário 2010, coordenado pelos ministérios do Meio

Ambiente e do Desenvolvimento Agrário. O Plano integra o Programa de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, instituído pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2009.

Publicado: segunda-feira, 15 de março de 2010, 14h50.

Flonas Amana e Crepori, na BR-163, recebem plano de manejo

Planos são os primeiros passos para início de processo de concessão florestal nas duas unidades; área de manejo deve atingir 800 mil há

Em evento realizado no auditório do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em Brasília, foram assinados hoje seis planos de manejo de Unidades de Conservação em várias Regiões brasileiras.

Dentre elas a das Florestas Nacionais de Amana e Crepori, ambas na região da BR-163. Com os planos de manejo assinados, o Serviço Florestal vai iniciar, ainda nesse mês, abertura de processo de Concessão Florestal, para manejo florestal sustentável.

Isso porque a aprovação dos planos de manejo é um dos requisitos para iniciar o processo de concessão florestal, mecanismo que permite a exploração de florestas públicas, por particulares, de forma econômica e ambientalmente sustentável.

Os editais para a concessão florestal nas Florestas Nacionais do Amana e do Crepori, localizadas respectivamente nos municípios de Itaituba e Jacareacanga, no oeste do Pará, estão previstos para serem lançados em junho e em julho de 2010.

Em cada caso, um pré-edital será disponibilizado na página do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) na internet (www.florestal.gov.br) e também submetido a audiências públicas para receber sugestões da sociedade civil.

Com o plano de manejo e a concessão florestal, as florestas vão atrair investimentos sustentáveis para a região da BR-163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA), tais como a extração legal de produtos madeireiros e não-madeireiros (como óleos e cipó), incentivando a instalação de serrarias e de outras empresas.

A previsão do Serviço Florestal é que as concessões em Amana e Crepori gerem uma receita de R\$ 8 milhões, criando cinco mil empregos para a população local. "A previsão inicial é uma produção de quase 500 mil metros cúbicos de madeira legal por ano", disse o diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro (SBF), Antônio Carlos Hummel. "No contexto da BR-163, que é de ilegalidade e de desmatamento, isso é muito importante", acrescentou Hummel

Na cerimônia, além dos planos de manejo de Amana e do Crepori (PA), foram assinados também o do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (AP/PA), a Estação Ecológica dos Tupiniquis (SP) e a Reserva Biológica do Tapirapé (PA), além da Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) Rio das Lontras (SC) e da revisão do plano de manejo da Reserva Biológica de Jaru (RO).

As áreas garantem a conservação de áreas nos seis biomas brasileiros (Caatinga, Amazônia, Cerrado, Pantanal, Pampa e Mata Atlântica). Por serem instituídas pelo poder público, as UCs estabelecem medidas de manejo e de fiscalização, ajudando a combater ações como o desmatamento.

No evento, que contou com a presença da secretária-executiva do MMA, Izabella Teixeira, e do diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro (SBF), Antônio Carlos Hummel, também foram assinadas portarias que criam conselhos no Parque Nacional da Serra das Confusões (PI), na Floresta Nacional Mapiá - Inauini (AM) e na Floresta Nacional do Purus (AM). Foram assinadas ainda portarias que alteram os conselhos do Parque Nacional do Jaú (AM), da Reserva Extrativista do Baixo Juruá (AM) e da Área de Proteção Ambiental Carste, de Lagoa Santa (MG).

Publicado: terça-feira, 09 de março de 2010, 14h53.

Serviço Florestal prepara concessão na BR-163, no Pará

Manejo promoverá desenvolvimento sustentável na região

A região da rodovia BR-163 (Cuiabá – Santarém), no oeste do Pará, é estratégica para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Nesse contexto, essa região é uma das prioridades para o trabalho do Serviço Florestal Brasileiro, que promoverá em 2010 a concessão para manejo florestal em áreas das Florestas Nacional (Flona) do Amana e do Crepori. No dia 9 de março, serão aprovados os planos de manejo dessas Flonas, que se localizam nos municípios de Itaituba e Jacareacanga. A aprovação do plano é um dos requisitos para se iniciar o processo de concessão florestal. A etapa seguinte é a realização das reuniões técnicas e das audiências públicas, que estão previstas para março, abril e maio.

Implementar o manejo florestal em Itaituba e Jacareacanga atrairá investimentos florestais sustentáveis para a região da rodovia BR-163. O primeiro edital para concessão florestal na região deve disponibilizar para manejo uma área de 250 mil hectares da Flona do Amana, de onde poderão ser extraídos cerca de 166 mil m³ de madeira legal. A extração legal de produtos madeireiros e não-madeireiros (óleos, cipós,...) incentivará a instalação de serrarias e outras empresas, aumentando a oferta de postos de trabalho na região. As atividades relacionadas à concessão devem gerar cerca de dois mil empregos.

A concessão florestal também vai gerar recursos para o estado do Pará, para os municípios que abrigam a Flona e para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que poderá fortalecer a gestão e fiscalização da Flona, garantindo a preservação desta. Ao menos 28% dos recursos oriundos da concessão florestal devem ir para o estado e para os municípios.

A concessão florestal também aumentará a presença do Estado na área, pois o manejo é licenciado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama) e é monitorado pelo Serviço Florestal Brasileiro e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio). “A atuação desses órgãos favorecerá a regularização das atividades econômicas da região, para que o desenvolvimento ocorra dentro dos marcos legais do país.”, reforça o engenheiro florestal Marcelo Arguelles, da Gerência de Concessões do Serviço Florestal.

Participação e transparência

Para que uma Floresta Nacional abrigue uma concessão florestal são necessárias a instituição de um conselho consultivo e a aprovação de um plano de manejo. O Serviço Florestal Brasileiro apoiou o ICMBio nos estudos técnicos sobre fauna, flora e meio físico que subsidiaram os planos de manejo das Flonas do Amana e Crepori. Também realizou, em parceria com o ICMBio, o censo demográfico de todos os garimpos da Flona Amana, que sistematizou informações importantes para a atuação dos órgãos ambientais da região.

Depois da aprovação do plano de manejo, a etapa seguinte do processo de concessão florestal busca envolver a sociedade local e os demais interessados nessa discussão, por meio de reuniões e audiências públicas. Na segunda quinzena de março, a proposta da concessão será apresentada para o governo e a sociedade civil nos municípios de Jacareacanga, Itaituba. No dia 30 de março, haverá uma reunião da Comissão de Gestão de Florestas Públicas que debaterá a concessão na Flona do Amana; e, no dia 5 de abril, essa questão será discutida pelo conselho consultivo da Flona.

Após esta primeira etapa de reuniões, o pré-edital será concluído para ser publicizado na terceira semana de abril. Ela será disponibilizada na página do Serviço Florestal na internet para receber sugestões de qualquer pessoa ou organização. Na segunda quinzena de abril, diretores e técnicos do Serviço Florestal realizarão reuniões com diversos setores e instituições paraenses para ouvir as considerações desses atores sobre o pré-edital. Estão previstas reuniões com o Ministério Público Federal, a Ordem dos Advogados do Brasil, os governos estadual e municipais, organizações do movimento social, as associações da indústria madeireira, entre outros. Concluindo este processo, na primeira semana de maio, devem ocorrer duas audiências públicas – uma em Jacareacanga e outra

em Itaituba – onde será discutido com a comunidade local o pré-edital para essa concessão.

Todas as contribuições serão analisadas pelo Serviço Florestal antes da elaboração do edital para a concessão, que deve ser lançado no mês de junho. Os editais para as concessões florestais na Flona do Jamari (Rondônia) e de Saracá-Taquera (Pará) sofreram diversas alterações depois das audiências públicas, incorporando propostas, por exemplo, sobre o tamanho das áreas a serem manejadas e sobre as espécies que poderiam ser exploradas.

Características das Flonas

As Flonas do Amana e Crepori possuem algumas características comuns. Ambas têm como objetivo o uso múltiplo e sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas. A Flona do Amana possui 542 mil hectares e a maior parte de sua extensão está localizada na bacia do rio Madeira; um trecho menor está na bacia do rio Tapajós. A Flona Crepori tem 742 mil hectares e fica na bacia do rio Tapajós.

Publicado: segunda-feira, 08 de março de 2010, 15h00.

Serviço Florestal capacita comunitários da Flona do Purus em manejo sustentável

Os moradores da Vila Céu do Mapiá vivem no coração da Floresta Nacional do Purus (AM) em meio a uma área de floresta preservada, onde o acesso leva, pelo menos, 12 horas para quem sai de Rio Branco. São seis horas de barco pelo rio Purus e igarapé Mapiá e mais 200 km de estrada.

A comunidade busca uma forma de aumentar a renda e viu no manejo florestal a chance de obter recursos com a venda de madeira legalizada e conservar a cobertura de floresta. O Serviço Florestal está ajudando-os a alcançar esses objetivos com diversas ações, entre elas, um curso sobre plano de negócios realizado dos dias 4 a 6 de março.

No curso, os participantes discutiram temas como levantamento de custos, receita, divisão de tarefas, entre outras assuntos necessários para comporem a visão geral do negócio que pretendem desenvolver. "A atividade foi muito boa. Estavam todos motivados para estruturar o negócio. Conseguimos fazer o levantamento dos recursos humanos e materiais necessários para o manejo e agora vamos ajudá-los a concluir o planejamento financeiro.", afirma o administrador Daniel Mendes, da Gerência de Florestas Comunitárias, que ministrou o curso junto com o administrador Hélio Pontes, da mesma gerência.

O avanço na estrutura organizacional foi um dos principais resultados do curso. Os participantes decidiram fundar uma cooperativa de manejadores para executar e gerenciar o trabalho. Em junho, eles devem realizar a assembleia de criação da entidade. O evento será assessorado pelo Serviço Florestal.

Durante a capacitação, os participantes analisaram como acessar os potenciais mercados para os produtos madeireiros que obterão como manejo. Segundo Daniel Mendes, o curso vai permitir que os moradores introduzam essa atividade econômica na comunidade com organização e planejamento. "Para iniciar o negócio, é preciso pensar em todos os aspectos, humanos, financeiros e operacionais", diz.

É a primeira vez que a comunidade, que realiza agricultura de subsistência e cria pequenos animais, fará manejo florestal. Hoje, parte da renda dos 600 moradores da Vila vem do extrativismo.

Manejo

Os comunitários têm 1,4 mil hectares para a realização do manejo florestal e vão usar, por ano, uma área de produção em torno de 100 hectares. O Plano de Manejo, que detalha o uso da área, deve ser proposto em breve para o órgão ambiental responsável.

O Serviço Florestal Brasileiro também apoiará a comunidade por meio de variados cursos de capacitação para ajudá-los, em todas as etapas, a realizar com sucesso um manejo de baixo impacto.

Embora a idéia seja começar o manejo em uma área pequena, os comunitários têm a possibilidade de realizar a atividade em uma área maior tão logo amadureçam a capacidade de gerir o empreendimento. A zona de uso comunitário da Flona é de 66 mil hectares, e cerca de 20 mil hectares poderiam ser usados para manejo florestal.

O apoio aos comunitários da Vila Céu do Mapiá tem sido feito em conjunto com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pela gestão da unidade de conservação, criada em 1988. "Um dos nossos objetivos é beneficiar as comunidades residentes, trabalhar pela melhoria da qualidade de vida deles", diz o chefe da Flona, Flávio Paim.

Ele faz coro aos ganhos que devem resultar da atividade. "Um dos grandes benefícios é a geração de renda para a população. Além disso, o manejo vai garantir sustentabilidade desses estoques [florestais]", diz.

O conhecimento empregado na capacitação deve ser usado pelo Serviço Florestal para apoiar o manejo em outras regiões da Amazônia. A atividade na Flona está

entre as ações do Plano Anual de Manejo Florestal e Comunitário 2010, coordenado pelos ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário.

Publicado: quinta-feira, 04 de março de 2010, 15h14.

TRF suspende liminar contra concessão na Flona Saracá

O presidente do Tribunal Regional Federal, desembargador Jarair Aram Meguerian, suspendeu no dia 1º de março a liminar que sustou o processo de licitação para concessão florestal na Flona Saracá-Taquera (PA).

A liminar tinha sido concedida pela Justiça Federal em Santarém, a pedido do Ministério Público, que alegava que o Serviço Florestal não respeitara procedimentos que garantissem os direitos das populações locais.

No entendimento de Magueriam, o Serviço Florestal tomou os devidos cuidados para garantir os direitos quilombolas e ribeirinhos. Segundo a decisão, "em princípio, o procedimento licitatório da concessão da Floresta Nacional de Saracá-Taquera foi precedido de estudos e de cautelas que visam a assegurar a preservação dos componentes culturais das comunidades quilombolas e ribeirinhas dentro ou sob sua área de influência".

Segundo Antonio Carlos Hummel, diretor-geral do Serviço Florestal, "a decisão reforça a importância de que as concessões não são um problema ambiental, as concessões são uma solução de uso adequado para as florestas da Amazônia e para a manutenção da floresta em pé e do combate ao desmatamento".

O mérito da ação ainda não foi julgado, mas com a derrubada da liminar, o processo de licitação volta a vigorar do ponto onde parou. A Comissão Especial de Licitação voltará a se reunir para analisar tecnicamente cada uma das propostas apresentadas para concorrer as áreas de manejo florestal em processo de concessão.

Publicado: quinta-feira, 04 de março de 2010, 15h12.

Serviço Florestal instala ouvidoria pública

Espaço aumentará transparência para as ações do órgão. Ouvidora tem mandato de três anos.

A ouvidoria é uma instituição que auxilia o cidadão em suas relações com o Estado - tanto o cidadão beneficiado pelo serviço público, quanto o cidadão que trabalha no órgão público. A função mais comum de uma ouvidoria é ser um canal de

comunicação, mas esta instituição poderá contribuir de diversas formas para o trabalho do Serviço Florestal.

"O trabalho cotidiano da ouvidoria envolve receber e acompanhar demandas (solicitações, denúncias, elogios, reclamações...) relacionadas à atividade do Serviço Florestal. No entanto, no tratamento dessas demandas, a ouvidoria pode se tornar um importante instrumento de gestão, de controle social, de educação para a cidadania e de mediação de conflitos extra-judiciais", explica Luciana.

A partir das demandas recebidas, a ouvidora poderá identificar alguma deficiência nos processos de trabalho da instituição e indicar gargalos nos procedimentos. Estas informações podem ser usadas para promover avanços na gestão. "Alguns órgãos que já usaram os dados dos relatórios das ouvidorias para estruturar reformas de gestão apresentam melhorias significativas no planejamento e no desempenho de suas atividades e, consequentemente, na sua relação com o cidadão", exemplifica Luciana, que foi ouvidora substituta por um ano e meio na Advocacia-Geral da União. Ela ressalva, no entanto, que a ouvidoria atua pela persuasão, não tendo poder de determinar ações dos órgãos: "Não temos obrigação de resolver um problema, mas sim de dar uma resposta às demandas".

A ouvidoria também beneficiará os funcionários do Serviço Florestal, pois ela pode auxiliar na resolução de problemas nas relações de trabalho. "É uma instância mais neutra, que pode ser acionada numa situação em que o funcionário já esgotou todas as instâncias às quais poderia recorrer. Mas é importante não confundir a ouvidoria com corregedoria ou auditoria. A ouvidoria não tem poder investigativo, não instaura processos administrativos ou disciplinares", esclarece Luciana.

Para os cidadãos que são diretamente relacionados ao trabalho do Serviço Florestal, como os concessionários das áreas de manejo florestal e as comunidades das áreas onde há concessão florestal, a ouvidoria funcionará como um porta-voz dos direitos desses grupos. Ela também vai ajudar a mediar possíveis conflitos.

Segundo Luciana, a ouvidoria também deve educar para a cidadania, pois o universo da administração pública ainda é desconhecido para muitas pessoas. "Nosso trabalho ajuda o cidadão a conhecer as atribuições e competências dos órgãos. Também buscamos explicar os procedimentos que devem ser feitos em cada situação, pois a ouvidoria não é um canal para permitir a quebra dos procedimentos, apesar de buscarmos sempre a rapidez para as ações", explica Luciana.

Transparência e democracia

A ouvidoria do Serviço Florestal nasce com importantes diferenciais para o fortalecimento da cultura da ouvidoria no setor público. Ela foi prevista na Lei

11.284/06, que criou o Serviço Florestal Brasileiro e prevê mandato para a função de ouvidor. Isso garante estabilidade para o trabalho da ouvidoria. Além disso, a ouvidora trabalhará junto ao Conselho Diretor do órgão sem subordinação hierárquica. "Essas condições são buscadas em diversas ouvidorias, pois contribuem para que se alcance as metas da instituição. Isso indica o desejo do Serviço Florestal de realizar uma gestão transparente e democrática", reforça a ouvidora.

É possível acessar a ouvidora pelo e-mail ouvidoria@florestal.gov.br ou pelo telefone 61- 2028-7120. Por telefone, é possível marcar um atendimento pessoal. Em breve haverá um formulário eletrônico na página www.florestal.gov.br.

Publicado: terça-feira, 02 de março de 2010, 15h36.

Serviço Florestal e Inmetro cooperam para auditorias transparentes nas concessões florestais

O diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, Antônio Carlos Hummel, e o presidente do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), João Jornada, assinaram no dia 25 de fevereiro um acordo de cooperação que vai aumentar a transparência das concessões florestais.

A legislação prevê que as concessões sejam submetidas a auditorias florestais independentes, no mínimo, a cada três anos, e definiu que os organismos que realizarão o procedimento devem ser acreditados pelo Inmetro. A parceria entre os dois órgãos vai viabilizar a elaboração de regulamentos sobre conformidade e o processo de acreditação.

"Esse ato é fundamental para mostrar, para quem duvidava, que as concessões vão ter controle social e transparência. Esse acordo com o Inmetro, instituição que detém metodologias e credibilidade internacional, vai agregar mais força no controle das concessões florestais", afirmou Hummel.

Para Jornada, a experiência do Inmetro em áreas de sustentabilidade, na organização de processos de certificação e de avaliação de conformidade "ajudará a dar organização e a demonstrar o fiel cumprimento dos requisitos que são necessários para que esse programa ande no rumo certo".

Na cerimônia também foi assinada a portaria que determina os requisitos de avaliação da conformidade para a concessão em florestas públicas. "A sociedade vai poder contar com o processo transparente das auditorias independentes, além do monitoramento que será feito pelo Serviço Florestal e Ibama", afirmou Hummel. Os relatórios das auditorias serão públicos.

Atividades

A auditoria feita pelas entidades acreditadas pelo Inmetro vai mostrar se as concessionárias estão cumprindo as obrigações do contrato com o Serviço Florestal. As primeiras a serem analisadas devem ser as três empresas que venceram o edital para manejar 96 mil hectares - o equivalente a 96 mil campos de futebol - na Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia.

Entre outros itens, serão verificados se o volume de madeira retirada corresponde exatamente ao que foi autorizado pelo Ibama e se os concessionários estão executando corretamente o plano de manejo florestal. Os critérios estão divididos em 10 categorias, que envolvem ainda o cumprimento da legislação ambiental e trabalhista. Somente organismos que já sejam acreditados pelo Inmetro para manejo florestal - quatro organismos atendem hoje a esse pré-requisito - poderão obter a acreditação para realizar auditoria florestal.

Inmetro

A realização de auditorias independentes por organismos acreditados pelo Inmetro foi prevista no Decreto 6.063/07, que regulamenta a Lei de Gestão de Florestas Públicas (11.284/06). Para serem acreditados, os organismos - empresas, por exemplo -, que farão a auditoria, terão que demonstrar a capacidade de seguir os requisitos do Inmetro.

O processo de auditoria envolve o desenvolvimento de um Programa de Avaliação de Conformidade. Esse programa sistematiza as regras a serem acompanhadas e avaliadas para conferência do grau de confiança de que, no caso da concessão florestal, um processo atende a requisitos pré-estabelecidos em normas ou regulamentos.

Ao integrar os programas de avaliação de conformidade do Inmetro, as concessões se juntam aos mais de cem programas existentes no Brasil, que abrangem tanto produtos (eletrodomésticos, por exemplo) quanto serviços (instalação de sistema subterrâneo de abastecimento de combustíveis etc) e processos.

Concessão florestal

A concessão de florestas é o mecanismo criado pela Lei 11.284, de 2 de março de 2006 (Lei de Gestão de Florestas Públicas) que permite ao governo conceder a empresas e cooperativas, por meio de licitação, o direito de explorar de forma sustentável as florestas públicas.

Primeira concessão do país

A Floresta Nacional do Jamari, a cerca de 130 km de Porto Velho, foi a primeira a ter áreas disponibilizadas para concessão pelo Serviço Florestal Brasileiro. A área total

é de 96 mil hectares, divididos em três unidades de manejo, de 46 mil, 32,9 mil e 17 mil hectares.

Objeto da concessão

As empresas vencedoras da licitação podem retirar madeira, produtos não madeireiros (óleos, resinas, cascas, cipós) e promover atividades de turismo. Os contratos estão disponíveis no site www.florestal.gov.br.

Manejo x desmatamento

A retirada de madeira segue as regras do manejo florestal. A unidade de manejo é dividida em 30 lotes, um para ser explorado a cada ano. Ao final do ciclo de corte, a floresta está regenerada e pronta para um novo ciclo de extração. Por hectare, são retiradas, em média, de cinco a seis árvores. No desmatamento, ao contrário, toda a cobertura vegetal é suprimida - a floresta tem pouca possibilidade de se regenerar e o solo perde fertilidade, gerando áreas pobres para plantios e pastos.

Vantagens

As concessões evitam a grilagem de terras na Amazônia e o desmatamento ilegal. As empresas que concorrem são estimuladas a investir na geração de empregos locais e processamento da madeira para gerar produtos com maior valor agregado.

Publicado: sexta-feira, 26 de fevereiro de 2010, 15h54.

Serviço Florestal promove a autonomia de cooperativas rumo ao manejo florestal comunitário.

Atividade qualificou comunitários na gestão do manejo florestal sustentável em cooperativa na Flona do Tapajós. Em 2009, manejo gerou renda bruta de 2,6 milhões para a Coomflona

Entre 25 e 27 de fevereiro, a diretoria, o contador, a advogada e alguns integrantes da Cooperativa Mista Flona do Tapajós (Coomflona), no Pará, participaram da Oficina de Planejamento Estratégico e Controle promovida pelo Serviço Florestal Brasileiro. Na atividade, os cooperados iniciaram o planejamento estratégico da entidade e, com isso, devem aprimorar a gestão do manejo florestal que já realizam há quatro anos.

A Coomflona desenvolve um trabalho bem sucedido de retirada sustentável de madeira, com a manutenção da floresta em pé. O manejo é realizado por cerca de 70 moradores da Floresta Nacional do Tapajós, no oeste do Pará, próxima do município de Santarém. Desde 2008, o Serviço Florestal presta apoio técnico em gestão de cooperativas para a Coomflona. Nesse período, já promoveu cursos de

formação para conselheiros fiscais, assessorou a assembléia da cooperativa e auxiliou a organização contábil da entidade, entre outras ações. Essas ações são realizadas em oficinas e também em parcerias com outras associações comunitárias da Amazônia interessadas no manejo florestal.

"Todo trabalho sem planejamento é mais difícil de dar certo. A gente não tem esse conhecimento da parte administrativa, então esses cursos do Serviço Florestal estão ajudando a melhorar nosso trabalho. A cada ano, temos mais experiência no manejo e nosso trabalho melhora", avalia Sérgio Pimentel, presidente da Coomflona. Ele percebe o avanço e acredita que, em até dois anos, todas as 29 comunidades da Flona serão beneficiadas pelo manejo comunitário. "Já conseguimos fazer ramal [estrada de terra] para três comunidades e ajudamos outras com transporte e combustível", completa.

Em 2009, como reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, a Coomflona recebeu o prêmio Chico Mendes de Meio Ambiente na categoria Negócios Sustentáveis. No mesmo ano, a cooperativa conseguiu vender 13,4 mil metros cúbicos de madeira, alcançando a renda bruta de 2,6 milhões de reais. Para avançar além destas importantes conquistas, a Coomflona precisa enfrentar muitos desafios, entre eles a profissionalização da sua gestão.

A Oficina de Planejamento e Controle iniciou o primeiro planejamento estratégico da Coomflona, onde foram definidos, de forma participativa, a missão e alguns objetivos gerais e as metas da organização. "Avançamos muito no planejamento. Os cooperados já estão com um nível de entendimento bastante profissional sobre o negócio que eles empreendem", avalia o administrador Hélio Pontes, da Gerência de Florestas Comunitárias do Serviço Florestal. Pontes e o também administrador Daniel Mendes - da mesma gerência - foram os facilitadores da oficina.

A primeira parte do planejamento será apresentada na assembléia geral da cooperativa. Depois, haverá um novo encontro para concluir o planejamento. A assembleia da Coomflona ocorrerá nos dias 20 e 21 de março, na comunidade de Pedreiras, no rio Tapajós e será assessorada pelo Serviço Florestal.

Desafios e conquistas

Segundo o presidente da Coomflona, em 2010, a cooperativa pretende avançar rumo à autonomia na extração da madeira, adquirindo um veículo carregador. Eles também querem montar uma serraria para beneficiar parte da madeira - que atualmente é vendida em toras - agregando mais valor aos produtos. A organização da cooperativa para beneficiar a madeira foi um dos principais desafios discutidos na Oficina de Planejamento e Controle. Além desse ponto, o trabalho com produtos não-madeireiros (como óleos e couro vegetal) e a profissionalização da gestão tiveram atenção especial no planejamento da Coomflona. "Para nós, a oficina foi

muito boa. Vamos avançar no desempenho do nosso trabalho", avalia Antônio Dombroski, secretário da cooperativa.

Os desafios da cooperativa são grandes, mas os avanços nos últimos anos demonstram o potencial da entidade. Hélio Pontes destaca a evolução do desempenho da organização em relação a área autorizada para o manejo anual, que é de 1000 hectares: "Em 2006, trabalharam em 100 hectares; em 2007, foram 300 hectares; em 2008, foram 500 hectares; em 2009, conseguiram trabalhar em 700 hectares. Agora, para 2010, eles já têm um Plano Operacional Anual aprovado para trabalhar nos mil hectares a que têm direito." No total, a Coomflona tem plano de manejo aprovado para uma área de 32 mil hectares por 30 anos.

Até o fim de 2010, o Serviço Florestal deve promover outras atividades para contribuir com o trabalho da Coomflona, como cursos de cooperativismo para os novos associados e capacitação para os novos conselheiros fiscais. Além da atividade na Flona do Tapajós, o Serviço Florestal apóia o manejo florestal comunitário em outras áreas da Amazônia e Caatinga.

Publicado: sexta-feira, 26 de fevereiro de 2010, 14h11.

Hummel fala sobre as prioridades de 2010

O engenheiro florestal Antônio Carlos Hummel completa um ano como diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro. Responsável pelo Comando e Controle da atividade madeireira no Ibama de 2003 a 2008, Hummel é analista ambiental, oriundo do antigo Instituto Brasileiro de Floresta. À frente do Serviço Florestal sua meta é, principalmente, fomentar o desenvolvimento florestal sustentável. A seguir, elenca as metas de sua gestão para esse ano.

Quais são as prioridades do Serviço Florestal Brasileiro para 2010?

Nossas metas são as seguintes: primeiro temos de consolidar as unidades regionais do Serviço Florestal, que são nossos braços nas regiões. A UR do Nordeste, em Natal/RN, a UR da BR-163, em Santarém/PA, a UR do Purus-Madeira, em Porto velho/RO e da Região Sul-Sudeste, em Curitiba/PR. Já temos boas equipes contratadas, mas ainda faltam os endereços definitivos. A de Santarém já está bem adiantada e vai ser a primeira sede própria do Serviço Florestal.

Depois temos que implantar, ainda nesse ano, pelo menos uma unidade do Inventário Florestal Nacional, provavelmente, com as primeiras medições no Distrito Federal. O inventário nacional será uma ferramenta importante para trazer informações precisas sobre nossas áreas florestais, não só no que diz respeito à realidade ambiental, mas também sobre quem é e como vivem as pessoas nas áreas florestais.

Como andam as concessões?

É importante, nesse último ano de governo, a consolidação das concessões florestais do Brasil, enfocando um ambiente seguro de negócios, desenvolvimento regional, por meio do uso sustentável de florestas e acompanhamento transparente pela sociedade.

Em maio, começa a exploração sustentável na Floresta Nacional do Jamari (RO). Trata-se de nosso primeiro processo de concessão, por meio do qual três áreas foram licitadas. As operações foram licenciadas pelo Ibama e as equipes já estão em campo. A atenção agora está voltada para a fiscalização das atividades: tanto do corte, como da saída de madeira da unidade e, principalmente, da execução precisa dos termos do contrato.

Além de Jamari, temos um processo aberto de concessão na Floresta Nacional de Saracá-Taquera, Calha Norte do Pará. O edital está suspenso pela justiça, mas, assim que contornarmos o problema, voltaremos a reabri-lo.

De qualquer forma, as concessões não param. Em março, deveremos abrir a licitação para concessão florestal em duas flonas da BR-163: Amana e Crepori. Outras quatro também devem ser iniciadas na região, ainda nesse ano.

E o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, quando entra em atividade?

Este é um fundo que recebe recursos das concessões florestais e de outras fontes para reinvestir em desenvolvimento florestal. Nesse ano, é importante que ele comece a financiar bons projetos.

Já temos alguns recursos arrecadados, mas, com as concessionárias operando na Flona do Jamari e de Saracá-Taquera, teremos R\$ 11 milhões em caixa, para dividir com estados e municípios, de acordo com a lei.

E o sistema de informações florestais, começa a publicar informações ainda nesse ano?

A previsão é para o segundo semestre. Vamos implantar o Portal Florestal e também o Sistema Nacional de Informações Florestais - SNIF. Esses sistemas vão oferecer informações atualizadas sobre nossas florestas, normas e das gestões estaduais e federal.

Internamente, finalizaremos, ainda no primeiro semestre, o sistema informatizado para gestão do orçamento e finanças do Serviço Florestal Brasileiro. Trata-se da ferramenta que vai consolidar nosso sistema de planejamento.

Lei de Gestão de Florestas Públicas institui no Serviço Florestal uma ouvidoria. Como anda isso?

Enfim, conseguimos nossa ouvidora. Luciana Musse, da Advocacia Geral da União, tem formação e ampla experiência na área. Foi nomeada pela Presidência da República com mandato de três anos. Ela pretende abrir um canal de comunicação não só para os servidores, mas também para os cidadãos, ampliando nossa filosofia de transparência para com a sociedade.

Qual avaliação você faz da participação do setor empresarial nas concessões florestais?

O setor empresarial tem atendido às expectativas na participação das concessões florestais. Mas ao mesmo tempo, nota-se que há um desconhecimento técnico desses empreendedores para lidar com os processos licitatórios, contratos etc.

O empresário do setor de madeira tem de entender que a época da grilagem terminou. O comando e controle funcionou e a única saída, para seguir no ramo, é investir em recursos humanos e tecnológicos, se profissionalizando cada vez mais para sobreviver num ambiente onde as áreas legais disponíveis para as operações florestais serão concorridas.

Quais as perspectivas do manejo comunitário?

O manejo florestal comunitário, disseminado entre os produtores familiares em assentamentos rurais, é uma política que vai evitar, principalmente, que eles sejam alvo de madeireiros inescrupulosos, que pagam pouco pelo que se tira dessas áreas.

Atualmente, boa parte da madeira que vem da Amazônia é de assentamentos, explorados de forma vil por empresários inescrupulosos que subjugam os colonos.

Qual sua avaliação do lançamento do Plano Nacional de Manejo Florestal Comunitário?

Trata-se de um avanço, sem dúvida. O Plano foi fruto da parceria entre o Serviço Florestal e os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente. Pela primeira vez, formularam-se metas para essa atividade.

Isso mostra que as pessoas entenderam que boa parte das florestas está nas mãos das comunidades. Agora, os governos estaduais têm de promover o manejo florestal comunitário como excelente forma de melhorar a qualidade de vida e diminuir o desmatamento.

Para 2010, vamos apoiar uma boa experiência em manejo comunitário na região da BR-163, no Pará. A ideia é que ela sirva de modelo a ser replicado. Antes de mobilizar nossas equipes, porém, precisamos primeiro firmar um acordo com o Incra.

A conferência de Copenhagen teve algum ganho para a questão florestal?

Ao contrário dos pessimistas, acho que a COP-15, não foi um fracasso total. Em Copenhagen, foram reforçadas as estratégias de incluir as questões florestais em relação à crise do clima.

Por isso precisamos agora, consolidar a estratégia do Serviço Florestal nessa área, capacitando nossa equipe para fazer frente a essa demanda, principalmente no que diz respeito ao Redd (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal).

Publicado: sexta-feira, 12 de fevereiro de 2010, 17h21.

Serviço Florestal e Embrapa juntas na divulgação de informações florestais

O Serviço Florestal Brasileiro se uniu à Embrapa para divulgar aos moradores da região amazônica, pelo rádio, as principais ações do órgão. As informações são veiculadas no programa semanal Prosa Rural, que tem 15 minutos de duração, durante o Minuto Florestal.

O programa abre espaço para responder dúvidas e privilegia a disseminação de informações de serviço para a população, em temas como manejo florestal comunitário, benefícios sociais e ambientais das concessões e potencial medicinal das árvores da região. A apresentação é feita pela jornalista Mara Régia, uma das vozes mais conhecidas no Norte do país.

Rádios interessadas em veicular o Prosa Rural devem se cadastrar junto à Embrapa, que disponibiliza uma senha para download do programa. Também é possível receber o conteúdo mensal gravado em CD, pelo correio.

Publicado: sexta-feira, 05 de fevereiro de 2010, 17h23.

Unidade Regional do Purus Madeira tem novo chefe

Maurício Sacramento é engenheiro e analista ambiental do IBAMA

Nesta quarta-feira, 3, o engenheiro florestal Maurício Sacramento toma posse na chefia da Unidade Regional do Serviço Florestal Brasileiro em Rondônia, que executa as atividades do órgão na região. Sacramento foi escolhido pela experiência na Gerência de Monitoramento do Serviço Florestal.

Sacramento substituirá Jefferson Amaro, que foi gerente da Unidade Purus Madeira até setembro de 2009. Nos últimos dois anos, a Unidade Regional foi estruturada e focou seu trabalho na operacionalização da gestão de concessão florestal para a

Floresta Nacional do Jamari e na promoção de iniciativas de manejo florestal comunitário em assentamentos rurais.

Em relação à concessão, a Unidade se baseou em três eixos de gestão. O primeiro foi a interlocução com os concessionários (empresários que realizarão o manejo na área); o segundo, o aprimoramento da capacidade técnica na região, com a coordenação do Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (Cenaflor), em Brasília.

O terceiro eixo foi um grupo de trabalho reunindo os principais organismos envolvidos com a concessão florestal, como o Instituto Chico Mendes, responsável pela gestão da Floresta Nacional, o Sistema de Proteção da Amazônia, que propiciou informações sobre a região, e a Polícia Ambiental estadual, que atuou no controle, fiscalização e monitoramento da área.

No tocante ao manejo comunitário, a UR iniciou essa experiência no Projeto de Assentamento Florestal (PAF) Jequitibá, em colaboração com a Gerência de Florestas Comunitárias e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O trabalho da UR buscou criar condições para a implementação do manejo no assentamento. Para tanto, as ações realizadas visaram fazer a população rural se apropriar da tecnologia usada no manejo, participar da produção florestal e de sua gestão, e exercer o controle social em todo o processo.

O principal desafio de Maurício Sacramento no novo cargo será consolidar os processos já iniciados pela UR, em especial a operacionalização da concessão florestal na Floresta Nacional do Jamari.

Além disso, ele trabalhará para, a partir dos estudos do ICMBio, definir novas áreas que podem ser usadas para concessão florestal. O novo gerente também enfatizará as ações voltadas para manejo comunitário na região.

Perfil

Sacramento trabalha no Serviço Florestal desde julho de 2007, onde participou, entre outros projetos, da elaboração de uma proposta de funcionamento para o Sistema de Monitoramento e Rastreamento de Veículos de Transporte de Produtos Florestais em áreas sob concessão florestal federal.

Antes disso, também trabalhou em projeto de apoio ao Agroextrativismo na Amazônia, na Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável no Ministério do Meio Ambiente (MMA); e no ProManejo, no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Sacramento, que é mestre em Ciências Florestais - Conservação e Manejo de Recursos Florestais, está no MMA desde outubro de 2000.

Serviço

Posse do novo chefe da Unidade Regional Purus-Madeira

Local: auditório do Sipam, Centro Regional de Porto Velho, Av. Lauro Sodré, 6500 – Aeroporto

Horário: 9h

Publicado: terça-feira, 02 de fevereiro de 2010, 14h09.

Primeira concessão florestal já gera empregos em Rondônia

Empresa contratou moradores de Itapuã do Oeste, com carteira assinada, para fazer censo florestal na Flona do Jamari. Nesta quarta, novo chefe toma posse na Unidade Regional do Serviço Florestal

A concessão florestal na Flona do Jamari, em Rondônia, já começou a gerar empregos na região. A empresa Amata, que venceu a licitação para usar a maior unidade de manejo, contratou 30 pessoas, a maior parte de Itapuã do Oeste, para fazer o levantamento das árvores na Unidade de Produção Anual - área a ser manejada neste ano, de cerca de 1.800 hectares.

"O inventário é o mais importante de uma operação de manejo, que é o que vai permitir saber o que pode ser colhido e onde estão as áreas de alto valor de conservação", diz o presidente da empresa, Roberto Waack. A Amata planeja começar a retirada de madeira no final de maio/início de junho.

O mateiro Jocimar Fogaça, 36 anos, foi uma das pessoas empregadas. "Está sendo ótimo. Trabalho nos horários certinhos, o alojamento é bom, e com carteira eu recebo 30% a mais do que recebia." Na região, um dia de trabalho em situação informal sai em torno de R\$ 50,00. "Itapuã estava parado, serviço não estava tendo. Já está dando uma melhorada."

Além da Amata, as empresas Sakura e Madeflona também receberam o direito de manejar um total de 96 mil hectares, dos 215 mil da Flona. Elas devem gerar cerca de 400 empregos diretos e uma receita anual de R\$ 4,4 milhões para o governo. Os recursos serão distribuídos entre governo federal, estado e municípios ligados à região.

A concessão em Jamari é a primeira do Brasil e foi possível devido à Lei 11.284, de 2 de março de 2006 (Lei de Gestão de Florestas Públicas), que permite ao governo conceder à iniciativa privada, por meio de licitação, o direito de explorar de forma sustentável as florestas públicas.

Manejo florestal sustentável X desmatamento

Uma das mais importantes inovações da Lei de Gestão de Florestas Públicas é a valorização do manejo florestal sustentável - modelo de conservação e desenvolvimento, por meio do qual a própria floresta gera sua conservação. Trata-se de uma atividade oposta ao desmatamento.

No desmatamento, a floresta é totalmente retirada para que a terra tenha outra finalidade. Já no manejo florestal sustentável, só é retirada da floresta uma quantidade de produtos que não prejudiquem sua recuperação (em geral, de cinco a seis árvores, das mais de 500 presentes em um hectare de floresta, a cada 30 anos).

Podem ser explorados, além da madeira, frutos, sementes, resinas, óleos e serviços. Isso é sustentabilidade, mais conhecida como a "economia da floresta", que gera a renda que garante que a floresta continue existindo e prestando os serviços essenciais à vida no planeta, como regulação do clima, lazer, fornecimento de alimentos e produtos medicinais.

Posse na unidade regional

Nesta quarta-feira, 3, o engenheiro florestal Maurício Sacramento toma posse na chefia da Unidade Regional do Serviço Florestal Brasileiro em Rondônia, que executa as atividades do órgão na região. Sacramento foi escolhido pela experiência na Gerência de Monitoramento do Serviço Florestal.

Sacramento substituirá Jefferson Amaro, que foi gerente da Unidade Purus Madeira até setembro de 2009. Nos últimos dois anos, a Unidade Regional foi estruturada e focou seu trabalho na operacionalização da gestão de concessão florestal para a Floresta Nacional do Jamari e na promoção de iniciativas de manejo florestal comunitário em assentamentos rurais.

Em relação à concessão, a Unidade se baseou em três eixos de gestão. O primeiro foi a interlocução com os concessionários (empresários que realizarão o manejo na área); o segundo, o aprimoramento da capacidade técnica na região, com a coordenação do Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (Cenaflor), em Brasília. O terceiro eixo foi um grupo de trabalho reunindo os principais organismos envolvidos com a concessão florestal, como o Instituto Chico Mendes, responsável pela gestão da Floresta Nacional, o Sistema de Proteção da Amazônia, que propiciou informações sobre a região, e a Polícia Ambiental estadual, que atuou no controle, fiscalização e monitoramento da área.

No tocante ao manejo comunitário, a UR iniciou essa experiência no Projeto de Assentamento Florestal (PAF) Jequitibá, em colaboração com a Gerência de Florestas Comunitárias e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

(Incra). O trabalho da UR buscou criar condições para a implementação do manejo no assentamento. Para tanto, as ações realizadas visaram fazer a população rural se apropriar da tecnologia usada no manejo, participar da produção florestal e de sua gestão, e exercer o controle social em todo o processo.

O principal desafio de Maurício Sacramento no novo cargo será consolidar os processos já iniciados pela UR, em especial a operacionalização da concessão florestal na Floresta Nacional do Jamari. Além disso, ele trabalhará para, a partir dos estudos do ICMBio, definir novas áreas que podem ser usadas para concessão florestal. O novo gerente também enfatizará as ações voltadas para manejo comunitário na região.

Perfil

Sacramento trabalha no Serviço Florestal desde julho de 2007, onde participou, entre outros projetos, da elaboração de uma proposta de funcionamento para o Sistema de Monitoramento e Rastreamento de Veículos de Transporte de Produtos Florestais em áreas sob concessão florestal federal. Antes disso, também trabalhou em projeto de apoio ao Agroextrativismo na Amazônia, na Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável no Ministério do Meio Ambiente (MMA); e no ProManejo, no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Sacramento, que é mestre em Ciências Florestais - Conservação e Manejo de Recursos Florestais, está no MMA desde outubro de 2000.

Serviço

Posse do novo chefe da Unidade Regional Purus-Madeira

Local: auditório do Sipam, Centro Regional de Porto Velho, Av. Lauro Sodré, 6500 – Aeroporto

Horário: 9h

Publicado: terça-feira, 02 de fevereiro de 2010, 14h04.

Serviço Florestal produz sistema digital para identificação de madeiras

Sistema requer instrumentos de baixo custo para aprimorar fiscalização de órgãos ambientais e manejo florestal

A partir de abril, agentes de órgãos ambientais e produtores florestais terão uma ferramenta que pode aprimorar a fiscalização do transporte de madeira e os planos de manejos das indústrias madeireiras. O Laboratório de Pesquisas Florestais do Serviço Florestal Brasileiro, elaborou um sistema digital para facilitar a identificação das espécies de madeira comercializadas no Brasil.

O sistema Madeiras Comerciais do Brasil catalogou 59 caracteres gerais e macroscópicos (cheiro, cor, anéis de crescimento, porosidade...) de 160 espécies de madeiras comercializadas no país. Esses caracteres podem ser identificados a olho nu ou com o auxílio de instrumentos simples e de baixo custo. Depois de identificada, é possível descobrir se a espécie está ameaçada de extinção, se pode ser comercializada no Brasil e no exterior, onde pode ser encontrada no país, entre outras informações.

Durante o mês de fevereiro, o sistema será testado por 40 pessoas de órgãos de fiscalização, como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama) e a Polícia Federal, e institutos de pesquisa. Depois desse período, ele será finalizado e distribuído em CD-ROM e, a partir do segundo semestre de 2010, o sistema estará disponível na internet.

"Procuramos desenvolver um sistema fácil de usar e funcional. Por isso, optamos por caracteres macroscópicos, que não necessitam de laboratórios com equipamentos sofisticados para serem reconhecidos.", explica a Dra. Vera Coradin, bióloga do LPF. Após um treinamento que pode ser oferecido pelo LPF ou por outros institutos de pesquisas, o usuário do sistema precisará apenas de um canivete e uma lupa conta-fios (que custa em torno de R\$ 20,00) para conseguir identificar as espécies de madeiras. "O sistema será de grande utilidade para estudantes, professores, empresas madeireiras, órgãos de fiscalização e interessados em geral", avalia Vera, que coordenou a elaboração do sistema junto com os pesquisadores do LPF José Arlete Camargo, Tereza Cristina Pastore e Alexandre Christo (consultor).

Todos os dados das espécies catalogadas no sistema foram obtidos pelos pesquisadores do LPF a partir da coleção de madeiras (xiloteca) do órgão. "A confiabilidade das informações encontradas é outro aspecto importante desse sistema", completa Vera.

Fiscalização mais rápida

Um dos principais beneficiários do sistema "Madeiras Comerciais do Brasil" deve ser a Polícia Federal e o Ibama, que agilizará a elaboração dos laudos necessários para resolver crimes ambientais. Os policiais e fiscais do Ibama têm recebido treinamento do LPF para identificação de madeiras. Com o sistema, poderão identificar mais facilmente, por exemplo, se uma espécie de madeira usada na construção de móveis está ameaçada de extinção.

"Além de agilizar o trabalho da perícia, esse sistema dará mais confiabilidade para os nossos laudos, pois os dados são de um laboratório que referencia na área de identificação de madeira. Atualmente, não temos um padrão para comparar as espécies de madeira, então esse banco de dados deve suprir essa falta". explica

Marcelo Garcia, perito da Polícia Federal que testarão o programa do LPF em uma perícia que envolve a identificação de 40 espécies de madeira.

O sistema também será especialmente útil na fiscalização do transporte de madeira ilegal, já que uma fraude comum é declarar o nome de uma espécie na nota e transportar outra.

Manejo mais eficaz

As indústrias florestais também se beneficiarão com o programa, que facilitará o trabalho dos técnicos responsáveis pelo manejo florestal, mesmo quando estiverem em campo.

Eles poderão identificar rapidamente se uma espécie encontrada está em extinção ou se está entre as mais comercializadas, pois o sistema pode ser instalado em um computador portátil sem acesso à internet. Os nomes populares também podem ser usados para auxiliar no reconhecimento das espécies.

"A identificação correta da espécie de madeira no plano de manejo é primordial para garantir a legalidade de todo o trabalho da empresa que vende a madeira e das empresas que compram", ressalta Vera Coradin.

Expansão

Das 160 espécies de madeiras catalogadas, 60 estão nas listas das 100 mais comercializadas no Brasil. A pretensão do LPF para 2011 é acrescentar mais 90 espécies no sistema.

O Sistema Madeiras Comerciais do Brasil foi elaborado com base no software Delta para catalogar organismos vivos desenvolvido pelos pesquisadores australianos Mike Dallwitz, Tone Paine e Eric Zurcher.

Publicado: terça-feira, 02 de fevereiro de 2010, 13h58.

Nomeado novo gerente para Unidade Regional do Serviço Florestal em Porto Velho

O engenheiro florestal Maurício Sacramento, que ocupará a vaga, será empossado nesta quarta, dia 3

O engenheiro florestal Maurício Sacramento toma posse nesta quarta-feira, 3, na chefia da Unidade Regional Purus Madeira do Serviço Florestal Brasileiro, em Porto Velho, Rondônia. Ele era chefe da Divisão de Rastreamento e Auditoria Florestais, da Gerência de Monitoramento.

Sacramento substituirá Jefferson Amaro, que foi gerente da Unidade Purus Madeira até setembro de 2009. Nos últimos dois anos, a Unidade Regional foi estruturada e focou seu trabalho na operacionalização da gestão de concessão florestal para a Floresta Nacional do Jamari e na promoção de iniciativas de manejo florestal comunitário em assentamentos rurais.

Em relação à concessão, a Unidade se baseou em três eixos de gestão. O primeiro foi a interlocução com os concessionários (empresários que realizarão o manejo na área); o segundo, o aprimoramento da capacidade técnica na região, com a coordenação do Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (Cenaflor), em Brasília. O terceiro eixo foi um grupo de trabalho reunindo os principais organismos envolvidos com a concessão florestal, como o Instituto Chico Mendes, responsável pela gestão da Floresta Nacional, o Sistema de Proteção da Amazônia, que propiciou informações sobre a região, e a Polícia Ambiental estadual, que atuou no controle, fiscalização e monitoramento da área.

No tocante ao manejo comunitário, a UR iniciou essa experiência no Projeto de Assentamento Florestal (PAF) Jequitibá, em colaboração com a Gerência de Florestas Comunitárias e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O trabalho da UR buscou criar condições para a implementação do manejo no assentamento. Para tanto, as ações realizadas visaram fazer a população rural se apropriar da tecnologia usada no manejo, participar da produção florestal e de sua gestão, e exercer o controle social em todo o processo.

O principal desafio de Maurício Sacramento no novo cargo será consolidar os processos já iniciados pela UR, em especial a operacionalização da concessão florestal na Floresta Nacional do Jamari. Além disso, ele trabalhará para, a partir dos estudos do ICMBio, definir novas áreas que podem ser usadas para concessão florestal. O novo gerente também enfatizará as ações voltadas para manejo comunitário na região.

Perfil

Maurício trabalha no Serviço Florestal desde julho de 2007, onde participou, entre outros projetos, da elaboração de uma proposta de funcionamento para o Sistema de Monitoramento e Rastreamento de Veículos de Transporte de Produtos Florestais em áreas sob concessão florestal federal. Antes disso, também trabalhou em projeto de apoio ao Agroextrativismo na Amazônia, na Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável no Ministério do Meio Ambiente (MMA); e no ProManejo, no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Sacramento, que é mestre em Ciências Florestais - Conservação e Manejo de Recursos Florestais, está no MMA desde outubro de 2000.

Serviço

Posse do novo chefe da Unidade Regional Purus-Madeira

Local: auditório do Sipam, Centro Regional de Porto Velho, Av. Lauro Sodré, 6500 – Aeroporto

Horário: 9h

Publicado: segunda-feira, 01 de fevereiro de 2010, 14h20.

Primeira concessão florestal do país já gera empregos em Rondônia

Moradores de Itapuã do Oeste foram contratados por empresa que fará manejo na Flona do Jamari. Extração de madeira está prevista para começar em junho

O mateiro Jocimar Fogaça, 36 anos, trabalha com identificação de árvores desde que saiu de Carinhanha (BA) e chegou há 12 anos a Itapuã do Oeste (RO), cidade vizinha à Floresta Nacional do Jamari, onde ocorre a primeira concessão florestal do país promovida pelo Serviço Florestal Brasileiro.

Até então, Fogaça era trabalhador informal do setor madeireiro em Itapuã, que tem apenas 8 mil habitantes. Só que desta vez, ele, o enteado e outros amigos foram contratados com carteira assinada para fazer o levantamento de árvores na área da empresa que ganhou o direito de manejar 46 mil hectares da floresta. A área, que equivale a 46 mil campos de futebol, é a maior área da concessão.

"Está sendo ótimo. Trabalho nos horários certinhos, o alojamento é bom, e com carteira eu recebo 30% a mais do que recebia", diz Fogaça, casado e pai de dois filhos. Na região, um dia de trabalho em situação informal sai em torno de R\$ 50,00. "Itapuã estava parado, serviço não estava tendo. Já está dando uma melhorada."

As equipes ficam no alojamento durante a semana e começam o dia cedo. Às 7h30, os grupos de seis pessoas vão para a mata. Além do mateiro, há um coordenador, um ajudante de mateiro e técnicos para anotar as informações e abrir as trilhas até as árvores maiores. Um pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) assessorá os técnicos.

Preparativos

As informações levantadas durante o censo, também chamado de inventário florestal - que deve terminar em torno de 45 dias -, são fundamentais para planejar o uso da área. "O inventário é o mais importante de uma operação de manejo, que é o que vai permitir saber o que pode ser colhido, onde estão as áreas de alto valor de conservação", afirma o presidente da empresa Amata, Roberto Waack. "É um dos itens mais críticos para o sucesso de uma operação de manejo e por isso está sendo feito com um cuidado muito grande", diz.

Assim que o inventário for concluído, faltarão poucos passos para começar a extração, entre eles, a elaboração e aprovação do Plano Operativo Anual. "A topografia da área já está pronta, o que faz com que a elaboração do Plano seja rápida", diz Waack. A expectativa é que as atividades comecem por volta do final de maio/início de junho, quando já terminou o período de chuvas na Amazônia.

Manejo

Além da Amata, outras duas empresas vão realizar o manejo sustentável na Flona do Jamari. A empresa Sakura ganhou a concorrência para a unidade de 32,9 mil hectares, e a Madeflona, para a de 17 mil hectares. No total, 96 mil hectares estão sob concessão.

Em contrapartida ao direito de uso da área, o governo receberá cerca de R\$ 4,4 milhões por ano, caso as três empresas realizem suas atividades conforme o Plano de Manejo da unidade. Esse montante é dividido da seguinte forma: 40% para o ICMBio, 20% para o estado de Rondônia, 20% para os municípios em que se encontram as áreas concedidas e 20% para o FNDF.

A concessão de florestas é o mecanismo criado pela Lei 11.284, de 2 de março de 2006 (Lei de Gestão de Florestas Públicas) que permite ao governo conceder à iniciativa privada, por meio de licitação, o direito de explorar de forma sustentável as florestas públicas. A Floresta Nacional do Jamari, a cerca de 130km de Porto Velho, foi a primeira a ter áreas disponibilizadas para concessão pelo Serviço Florestal Brasileiro.

Manejo florestal sustentável X desmatamento

Uma das mais importantes inovações da Lei de Gestão de Florestas Públicas é a valorização do manejo florestal sustentável - modelo de conservação e desenvolvimento, por meio do qual a própria floresta gera sua conservação. Trata-se de uma atividade oposta ao desmatamento.

No desmatamento, a floresta é totalmente retirada para que a terra tenha outra finalidade. Já no manejo florestal sustentável, só é retirada da floresta uma quantidade de produtos que não prejudiquem sua recuperação (em geral, de cinco a seis árvores, das mais de 500 presentes em um hectare de floresta, a cada 30 anos).

Podem ser explorados, além da madeira, frutos, sementes, resinas, óleos e serviços. Isso é sustentabilidade, mais conhecida como a "economia da floresta", que gera a renda que garante que a floresta continue existindo e prestando os serviços essenciais à vida no planeta, como regulação do clima, lazer, fornecimento de alimentos e produtos medicinais.

Comunidades

Perto da Flona do Jamari, no Projeto de Assentamento Florestal Jequitibá, o Serviço Florestal tem desenvolvido atividades de fomento à atividade florestal com agricultores familiares. Em dezembro, 20 lideranças comunitárias participaram de uma oficina de sensibilização sobre manejo florestal comunitário.

Cerca de 200 famílias vivem no local e praticam apenas agricultura de subsistência. O objetivo é mostrar o manejo como fonte de renda, uma vez que as famílias têm a possibilidade de exercer a atividade na área de uso coletivo dos lotes tão logo o PAF obtenha a licença ambiental.

Publicado: segunda-feira, 01 de fevereiro de 2010, 14h17.

Manejo do açaí permite colheita do fruto o ano todo no Pará

O açaí, fruto nativo do Pará, possui alta concentração de ferro e grande valor energético. Por causa de suas qualidades nutricionais, seu consumo foi difundido nos estados do centro sul do Brasil e também em outros países, como Estados Unidos e Alemanha. Algumas famílias da região de Gurupá, no interior do Pará, estão usando o manejo da palmeira do açaí para garantir uso das raízes, caule e fruto da árvore durante todo o ano. Dessa forma, eles conseguem manter uma fonte de renda perene e preservar o açaí, que é a base da alimentação das comunidades rurais paraenses.

A família de Nildo da Silva Gonçalves vive às margens do rio Moju, em Gurupá, e tem feito o manejo do açaí. Quando fazem a coleta da fruta, eles deixam intactas seis árvores por lote: "a gente deixa uma grande, uma média, uma menor e os perfiosinhos que ficam". Eles só retiram novamente os frutos depois que árvores crescem. "Esse modelo de manejo garante o açaí o tempo todo em nossa propriedade", explica Nildo. Ele afirma que essa prática foi adotada em todo o município.

Segundo Fernando Ludwig, chefe da Unidade Regional BR-163 do Serviço Florestal Brasileiro, é necessário aprender a lidar com o açaí, porque ele vai ser uma importante fonte de renda para a população do interior do Pará e para mantê-lo nas refeições dessas comunidades. Ludwig explica que algumas formas de manejo permitem, inclusive, produzir o palmito de açaí de forma sustentável, o que seria outra importante fonte de renda para os agricultores.

Uso diversificado

Todas as partes da palmeira do açaí são aproveitadas pelos agricultores. O fruto - produto de uso mais comum - após beneficiado é utilizado no preparo de cremes,

sucos, sorvetes, licores, geléias, bombons ou para fazer o tradicional vinho de açaí, como é consumido no norte do Brasil. Do caule do açaí, pode ser extraído o palmito.

As comunidades rurais também usam o caroço do açaí na produção de artesanato e como adubo orgânico. O cacho é utilizado para fazer vassoura, adubo orgânico e, quando queimado, serve como repelente para insetos. Das raízes da palmeira são feitos extratos que combatem hemorragia e verminoses.

Publicado: segunda-feira, 01 de fevereiro de 2010, 14h13.

Manejo aumenta renda e preserva Caatinga em assentamentos de Pernambuco

Cerca de cinco mil hectares de um total de 8.700 hectares de caatinga foram preservados em 13 assentamentos de reforma agrária que realizam o manejo da caatinga em Pernambuco. Essa atividade também resultou numa renda média anual de R\$ 890 para 256 famílias. No dia 12 de março, foi divulgado em Recife os resultados do trabalho de apoio técnico ao manejo comunitário na caatinga, promovido pelo Serviço Florestal Brasileiro em parceria com a Associação Plantas do Nordeste (APNE) entre janeiro de 2009 e janeiro de 2010.

Na avaliação da Engenheira Florestal Maria Auxiliadora Gariglio, da Unidade Regional Nordeste do Serviço Florestal, um dos principais ganhos deste trabalho foi a conservação da Caatinga. Nas propriedades onde ocorreu o manejo, o monitoramento regular do órgão ambiental estadual garantiu também a preservação da Reserva Legal (20%) e da vegetação nas Áreas de Preservação Permanente (em média 11% das propriedades). "Nos assentamentos onde o manejo vem sendo implementado, cerca de 50% de cobertura vegetal são conservados. Acredito que não há outra atividade rentável no meio rural com essa quantidade de área preservada", comenta Gariglio.

Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente, resta 53% da vegetação do Bioma Caatinga no Nordeste. A principal causa da destruição é a extração da mata nativa para ser convertida em lenha e carvão vegetal destinados, principalmente, aos pólos gesseiro e cerâmico do Nordeste e ao setor siderúrgico de Minas Gerais e do Espírito Santo. O uso do carvão em indústrias de pequeno e médio porte, em estabelecimentos comerciais e em residências também foi indicado. O combate ao desmatamento é dificultado, pois ele ocorre de forma pulverizada.

Na contramão dessa prática, as famílias que realizam o manejo da caatinga produziram - de forma sustentável e legal - 45.700 sacas de carvão nos cerca de 2.200 hectares manejados.

Os principais compradores dos produtos do manejo são as carvoarias, indústrias cerâmicas e alguns intermediários que revendem lenha e carvão para Recife e Maceió. Os assentados tornaram-se produtores com diferencial, pois vendem lenha e carvão legalizados - o que permite que eles ganhem mais.

Alternativa na seca

O manejo é realizado durante o período da seca, quando diminuem as atividades agropastoris. Nesse período, um dia de manejo paga mais para o assentado do que um dia de serviço em uma fazenda da região, segundo Frans Pareyn, da APNE. Esse trabalho, portanto, contribui para a fixação dos agricultores em sua terra, valorizando a Caatinga, que deixa de ser considerada um obstáculo à implantação de pastagens e cultivos. "Como pode ser feito durante a seca, o manejo é a atividade produtiva que permite a melhor convivência do agricultor com o semi-árido.", afirma Márcia Muchagata, da Gerência de Florestas Comunitárias do Serviço Florestal.

"A seca está muito forte esse ano. Já é março e ainda não conseguimos ir para a lavoura, então o dinheiro que estamos fazendo com nosso trabalho é esse do manejo. Mas a gente ainda precisa de apoio, pois a gente faz tudo certo, dentro da lei, mas ainda tem muita gente que vende lenha ilegal aqui na região" afirma Sandra, do assentamento Vila Bela, na região de Serra Talhada, um dos dez municípios onde mais se desmata a caatinga.

Nos assentamentos de reforma agrária do Programa Nacional de Crédito Fundiário (onde o Estado financia a compra da terra para o pequeno produtor), o rendimento do manejo foi suficiente para que muitas famílias pagassem as parcelas do crédito fundiário, restando para a subsistência familiar os ganhos das outras atividades.

Reforma agrária sustentável

A Caatinga apresenta diversas características que favorecem o manejo florestal comunitário. Ela possui forte capacidade de regeneração, o que permite a retirada de lenha continuamente. Além disso, o trabalho de manejo neste bioma não requer grande estrutura. Somente com foice e machado é possível realizar o corte da madeira e pode-se carregar manualmente a lenha para o caminhão de transporte. Também é possível usar meios de transportes acessíveis, como o carro-de-boi, para retirar a lenha cortada.

Por ser propícia ao manejo florestal comunitário, uma das recomendações feitas na avaliação do projeto é a de que o manejo da caatinga deveria ser mais apoiado nos programas de crédito e de assistência técnica para os assentamentos de reforma agrária. "Em geral, o trabalho de manejo é feito de forma coletiva pelas famílias, o que também fortalece a organização das associações." avalia Newton Barcellos, gerente da Unidade Regional Nordeste do Serviço Florestal Brasileiro.

Perspectivas

A ação conjunta entre Serviço Florestal e APNE de apoio ao manejo na caatinga durou um ano, dando continuidade ao trabalho que iniciou em 2006 dentro do Programa Nacional de Florestas. Diante da resposta positiva nos últimos anos, a perspectiva é aumentar a área de Caatinga manejada. Em Pernambuco, até o fim de 2010, mais cinco assentamentos devem ser beneficiados com esse apoio. Na Paraíba, em breve, 14 assentamentos passarão a receber assistência do Serviço Florestal para o trabalho com o manejo. "Uma das principais frentes de trabalho do Serviço Florestal no Nordeste é consolidar e ampliar para outros estados esse apoio ao manejo na caatinga nos assentamentos da reforma agrária", conclui Newton.

Publicado: sexta-feira, 29 de janeiro de 2010, 14h19.

Serviço Florestal promove nova sessão de abertura de envelopes de habilitação à concessão no Pará

A Comissão Especial de Licitação para concessão florestal na Floresta Nacional Saracá-Taquera, no Pará, vai abrir o envelope da empresa Samalverde Produtos e Serviços Florestais LTDA para aferição da documentação de habilitação.

A sessão de abertura acontecerá no dia 25 de janeiro de 2010, às 14h30, no bloco do Cenaflor, na sede do Serviço Florestal Brasileiro, localizado na Avenida L4 Norte, SCEN, Trecho 2, Lote 4, CEP 70818 -900, Brasília/DF.

Esta decisão ocorre em cumprimento à decisão liminar do Mandado de Segurança nº 144-42.2010.4.01.3400, referente ao Edital da Concorrência 01/2009 do Serviço Florestal Brasileiro, impetrado pela empresa Samalverde Produtos e Serviços Florestais LTDA.

Publicado: quinta-feira, 21 de janeiro de 2010, 14h24.

Requisitos para acreditação de auditorias em concessões florestais estão em consulta pública

Público pode fazer sugestões ao documento disponível no site do Inmetro desde o dia 17 de dezembro

Os requisitos para avaliação de conformidade do Inmetro para acreditação de empresas que farão auditorias independentes nas concessões florestais sob gestão do Serviço Florestal Brasileiro estão em consulta pública desde o dia 17 de dezembro no site www.inmetro.gov.br.

A realização de auditorias independentes nas concessões é uma exigência da Lei de Gestão de Florestas Públicas (11.284/06) em seu artigo 42, que determina ainda o prazo máximo de três anos entre uma auditoria e outra. Somente empresas acreditadas pelo Inmetro podem ser contratadas para realizar esse procedimento.

A auditoria florestal indica a existência de níveis adequados de confiança de que a unidade de manejo florestal está em conformidade com o contrato de concessão florestal firmado entre o concessionário e o Serviço Florestal, baseado no edital de licitação que deu origem ao contrato. Cada concessionária será avaliada quanto aos compromissos assumidos no contrato de concessão florestal, como por exemplo, o número de empregos que a empresa se comprometeu a gerar.

O documento publicado no site do Inmetro ficará em consulta pública por 30 dias.

Publicado: terça-feira, 05 de janeiro de 2010, 14h28.